

HABEAS CORPUS Nº 502.301 - PR (2019/0094555-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : THAISA MONARI CLARO DE MATOS
ADVOGADO : THAISA MONARI CLARO DE MATOS - PR066602
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : GIOVANA GONCALVES FRANCO BONIFACIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Giovana Gonçalves Franco Bonifacio** – presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a negativa, em relação à paciente, de recorrer em liberdade, imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Sarandi/PR (Processo n. 0008503-67.2018.8.16.0160).

Alega a impetrante, em síntese, constrangimento ilegal consistente na negativa de recorrer em liberdade, bem como possibilidade de substituição da prisão cautelar por prisão domiciliar em razão da existência de filho menor.

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja autorizado à acusada aguardar o julgamento em prisão domiciliar.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o Magistrado singular destacou a periculosidade da agente, conforme se extrai (fl. 74 – grifo nosso):

[...]

Considerando que as rés permaneceram presas durante todo o processo e que persistem as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, especialmente, a necessidade de garantia da ordem pública, **decorrente da periculosidade das rés que destemidamente e crendo na impunidade deram continuidade a traficância após a prisão de seus companheiros**, mantenho as custódias

cautelares até o trânsito em julgado da sentença.

[...]

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo, razão pela qual não vislumbro *fumu boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade tida como coatora acerca do julgamento da apelação criminal ali interposta.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator